

**O PROGRESSO ECONÓMICO DAS NAÇÕES NO PENSAMENTO
FILOSÓFICO DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

**THE ECONOMIC PROGRESS OF NATIONS IN THE PHILOSOPHICAL
THOUGHT OF THE 18TH AND 19TH CENTURIES**

Nino Fonseca¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo descrever os contributos fundamentais de seis autores clássicos dos séculos XVIII e XIX (Hume, Smith, Malthus, Ricardo, Stuart Mill e Marx) para a compreensão do processo de crescimento e de desenvolvimento económico das nações. Procedeu-se à devida contextualização dentro da época histórica, do espaço geográfico, da formação e da escola de pensamento de cada autor e concluiu-se que todos estes aspetos estão interligados e associam-se aos respetivos contributos. Para além disso, constatou-se que muitas das variáveis utilizadas nos estudos empíricos da moderna teoria do crescimento económico já estavam presentes nas abordagens feitas pelos autores clássicos. Aqui, o destaque mais notável vai para a importância dada à igualdade de género e aos fluxos migratórios enquanto fatores de relevo para o progresso económico das nações, sobretudo se nos lembramos que só muito recentemente as agendas ortodoxas, política e académica, começaram a olhar atentamente para estes fatores.

PALAVRAS-CHAVE: instituições; crescimento económico; desenvolvimento económico; revolução industrial; igualdade de género.

ABSTRACT: The present work aims to describe the fundamental contributions of six classic authors of the 18th and 19th centuries (Hume, Smith, Malthus, Ricardo, Stuart Mill and Marx) to the understanding of the process of economic growth and development of the nations. Proper contextualization was carried out within the historical time, geographical space, training and

¹ Licenciado (Universidade de Évora), Mestre e Doutor em Economia (Universidade da Extremadura, Espanha). Professor Adjunto e docente de ciências económicas no Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Autor de vários artigos publicados em revistas indexadas na Latindex e na Scopus subordinados a diversos aspetos do estudo do crescimento económico.

school of thought of each author, and it was concluded that all these aspects are interconnected and associated with their contributions. In addition, it was found that many of the variables used in empirical studies of modern theory of economic growth were already present in the approaches made by classical authors. Here, the most notable emphasis goes to the importance given to gender equality and migratory flows as relevant factors for the economic progress of nations, especially if we remember that only very recently did orthodox agendas, political and academic, began to look closely at these factors.

KEYWORDS: institutions; economic growth; economic development; industrial revolution; gender equality.

1. Introdução

Numa altura em que a complexidade parece ser a palavra de ordem na investigação científica na área do crescimento económico pelas mais variadas disciplinas, faz sentido apresentar um trabalho que faça uma evocação do contributo dos pensadores clássicos para a compreensão deste fenómeno, tendo em vista fazer um balanço dos avanços registados ao longo dos últimos três séculos. Na contracapa de cada um dos volumes da coleção de “Textos Clássicos”, editados pela Fundação Calouste Gulbenkian, diz-se que “As raízes da cultura estão naquelas obras chamadas clássicas, obras cuja mensagem não se esgotou e permanecem fontes vivas do progresso humano”. De facto, se é verdade que a investigação científica recente tem tentado estabelecer relações entre as mais diversas variáveis e as taxas de crescimento ou os níveis de desenvolvimento económico das nações, também é verdade que os autores clássicos, sobretudo os seis aqui abordados (David Hume, Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill e Karl Marx), já haviam destacado a importância de muitas dessas variáveis.

Utilizando como fio condutor o “*Theories of Economic Growth from David Hume to the Present*” de W. W. Rostow (1992) e complementando-o com outros estudos mais e menos recentes, incluindo as reflexões originais, neste trabalho destacamos os elementos das vidas pessoais e profissionais daqueles seis autores, incluindo formação, escolas de pensamento e amizades estabelecidas. Paralelamente, discriminamos e explicamos as variáveis que ditos autores entendem serem as mais relevantes para a compreensão do fenómeno do crescimento e do desenvolvimento económico. Entre aqueles elementos e a identificação destas variáveis sobressaem diversas ligações que, como veremos, fluem e encadeiam-se com naturalidade. É esse o nosso enfoque secções 2, 3 e 4 onde, por conveniência e por sugestão de Rostow (1992), agrupamos os autores em gerações. Cada geração de dois indivíduos consubstancia o essencial do pensamento económico do seu tempo e difere, em aspetos fundamentais, das outras duas.

O espaço geográfico de referência é a Europa Ocidental dos séculos XVIII e XIX, se bem que muitas vezes os autores estudados façam alusão a outras zonas do globo e a correntes de pensamento económico, moral ou filosófico anteriores. É de referir que os termos “crescimento” e “desenvolvimento” confundem-se e são utilizados indistintamente, a par de outros como “progresso” e “enriquecimento”. Finalizamos o nosso trabalho com uma conclusão que remata o essencial das questões levantadas nesta introdução e desenvolvidas ao longo do trabalho. Adicionalmente, indicamos rumos adicionais para a investigação futura no campo do estudo do crescimento económico, rumos esses suscetíveis de serem explorados pelas mais diversas disciplinas, pois não é necessário nem desejável que a ciência económica detenha o monopólio da análise desta temática.

2. A primeira geração: 1711-1784

2.1. David Hume

Nasceu em 1711 na Escócia e faleceu em 1776, rodeado de alguns amigos, entre eles Adam Smith. Arauto do Iluminismo Escocês, é considerado o maior filósofo britânico do século XVIII. Tendo recebido educação em casa e depois na Universidade de Edimburgo, apenas se tem conhecimento de duas atividades por si desempenhadas (Blaug, 1986, p. 96). Primeiro, uma tentativa frustrada junto de um manufactureiro de Bristol e depois um serviço de tutoria a um nobre escocês. Todo o resto da sua vida foi dedicado ao estudo da filosofia, da política e da história (Harris, 2016).

Das suas obras destacam-se “*A Treatise of Human Nature*” (1739), “*Essays Moral and Political*” (1741), “*An Inquiry Concerning the Principles of Morals*” (1751) e “*A History of England*” (1754-61), este último um trabalho pioneiro na área. A sua primeira obra foi um fracasso na altura, pelo menos do seu ponto de vista (Rostow, 1990, p. 19), já que sentia não ter conseguido captar a atenção dos seus pares em relação à moral do Homem do Iluminismo. Contudo, as duas seguintes acabaram por afirmar a sua reputação como filósofo e a última como historiador.

O sistema moral e filosófico desenvolvido por Hume e presente desde logo em “*A Treatise of Human Nature*” consistia num conjunto de “princípios da natureza humana”, isto é, num conjunto de aspetos respeitantes ao entendimento e às paixões humanas, cridas por este autor como universais (Rotwein, 2008). O estabelecimento de relações entre esses aspetos e “forças ambientais” permitiria encontrar generalizações do comportamento humano. Essas generalizações, por sua vez, indicariam a possível conduta dos indivíduos em situações específicas. Hume sabia que um tal conjunto de conclusões deveria ser estabelecido com precauções, dada a complexidade das possíveis inter-relações entre a natureza humana e o seu

ambiente (“*These principles of human nature, you will say, are contradictory: but what is man but a heap of contradictions*”, Hume, 1758, cit in Rostow, 1990, p. 19). Contudo, de todas as áreas das ciências sociais, Hume acreditava ser a Economia aquela onde o estabelecimento de generalizações acerca do comportamento humano podia ser feito com maior sucesso, dada a ausência de influências significativas do ambiente sobre as decisões de caráter económico. Daí que nos estudos de Hume sobre questões económicas seja óbvia a influência desse seu sistema moral e filosófico, a par de uma especial relevância dada à perspetiva histórica, já que a maior parte dos seus argumentos e deduções é suportada por factos históricos.

Este autor não escreveu nenhum tratado sistemático sobre ciência económica, limitando-se a uma série de ensaios sobre moeda, juro, população, política fiscal e comércio internacional (Rotwein, 2008), reunidos numa obra publicada em 1752, “*Political Discourses*”. Não obstante, foi quanto bastou para influenciar o trabalho do seu amigo íntimo, Adam Smith, e deixar alguns contributos importantes para a ciência económica, em particular para a compreensão dos fatores responsáveis pelo crescimento e pelo desenvolvimento económico das nações. São esses contributos que procuraremos resumir de seguida.

Para Hume existe uma série de motivos que levam as pessoas a trabalhar (Rotwein, 2008). Essas fontes de motivação económica, as “causas do trabalho”, nas suas próprias palavras, são quatro: o desejo de consumir (*i.e.*, a pura satisfação de necessidades de consumo), o desejo de ação (*i.e.*, a realização de uma atividade profissional prazenteira, o que nem sempre é possível), o desejo de vivacidade (*i.e.*, o oposto de “andar acordado”) e o desejo de obter ganhos monetários (*i.e.*, o desejo de acumular os frutos do sucesso económico). Esses quatro fatores são relevantes para o crescimento económico na medida em que correspondem ao estímulo inicial necessário para a expansão do comércio e, por conseguinte, para a expansão da riqueza e da prosperidade das nações envolvidas nessa atividade.

Partidário do livre comércio internacional, Hume advogava que as práticas mercantilistas, assentes na aplicação de medidas restritivas destinadas a manter excedentes comerciais por parte de uma nação, não eram o que contribuía para o crescimento económico desta (Sakamoto, 2016). A prazo, argumentava, os desequilíbrios tendem a corrigir-se, por via da subsequente oscilação dos preços (aumento, no caso dos superávits) originada pelos fluxos de moeda (entradas, novamente no tocante aos superávits).

É o “espírito de indústria” de uma nação o fator que representa aqui um papel de primeira ordem (Rotwein, 2008). Esse “espírito de indústria”, estimulado pelo próprio comércio internacional (quer por via da procura externa, quer por via da importação de matérias-primas para certas indústrias manufactureiras nacionais, ou ainda da importação de inovações

tecnológicas), gerará uma maior capacidade produtiva e, por isso, maiores níveis de crescimento e de desenvolvimento económico. Contudo, se o comércio internacional é fundamental para a promoção do crescimento económico (na medida em que a procura interna mais cedo ou mais tarde atingirá um limite) já não o é para a nação rica (Denis, 1993, p. 158). Hume diz que se numa nação a riqueza for imensa, será a insaciabilidade dos ricos por bens e serviços o principal motor da procura global.

Abaixo do pleno emprego, Hume admitia que o aumento gradual e continuado da oferta de moeda ao longo do tempo tivesse efeitos positivos sobre o crescimento económico, por dois motivos. Por um lado, porque alimenta o “espírito de indústria”. Por outro lado, porque induz alterações nos padrões de consumo e de poupança, de tal forma que a oferta de capital aumenta e a taxa de juro diminui, estimulando a capacidade produtiva da nação (Mayer, 1980; Rotwein, 2008). No entanto, qualquer aumento esporádico da oferta de moeda não teria outro efeito que não fosse da mesma natureza.

Um último aspeto da filosofia de Hume refere-se ao impacto positivo e benéfico do crescimento e do desenvolvimento económico de uma nação sobre cada indivíduo e sobre a sociedade como um todo (Blaug, 1986, p. 98; Rotwein, 2008). Sobre o indivíduo comum (“*the middling rank of men*”) e à medida que a sua riqueza material aumenta, gera-se uma sensação de felicidade, um sentimento de paz e de tranquilidade (Merril, 2016). Em relação à sociedade, o pensamento de Hume estabelece uma interligação entre o crescimento económico e a liberdade e descentralização políticas: à medida que a sociedade comercial cresce, crescem a liberdade e a harmonia políticas, o sentido de humanidade, a compreensão da arte de governar e o respeito pela liberdade individual. Hume estava consciente dos eventuais perigos de uma sociedade comercial, mas acreditava que os benefícios obtidos fossem largamente superiores aos custos.

2.2. Adam Smith

Ao autor de “*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*” (adianta designada por “*Wealth of Nations*”), considerado o primeiro tratado sistemático sobre Economia, nasceu em 1723 em Kirkcaldy, perto de Edimburgo, na Escócia, e faleceu em 1790. Nunca se casou e viveu sempre com a sua mãe, até à morte desta em 1784 (Skinner, 2008).

Frequentou a Universidade de Glasgow, onde se formou em 1740. De seguida passou seis anos em Oxford, de onde regressou profundamente descontente com a ausência de autointeresse das universidades inglesas, sobretudo esta e a de Cambridge, visto que considerava que o facto de os professores serem pagos sem se levar em conta os seus esforços tinha um efeito pernicioso sobre a qualidade da instrução. Smith nota a existência de uma contradição entre as ambições

do Homem do Iluminismo que, motivado para ganhar mais empenha-se mais, e um sistema onde o empenho não é recompensado. Logo, e dada a natureza do ser humano, não é possível esperar um nível de ensino qualitativamente elevado naquelas instituições. Na sua opinião, o sistema vigente na Grécia Antiga, onde os mestres eram remunerados em função do número de estudantes que atraíam, era muito mais eficiente (Rima, 1982, p. 100).

Retornando à Escócia, uma série de bem-sucedidas leituras públicas permitiu-lhe a eleição para o professorado de Lógica na Universidade de Glasgow, tendo passado depois a regente da prestigiada cátedra de Filosofia Moral, em 1751. A posterior publicação de “*Theory of Moral Sentiments*”, em 1759, consolidou a sua reputação como filósofo e moralista. Abandonou o cargo de professor em 1763 para tutorar o jovem Duque de Buccleuch durante três anos. No âmbito desse cargo teve a oportunidade de viver em França e conhecer François Quesnay, Voltaire (cujo nome era, de facto, François-Marie Arouet), Jean-Jacques Rousseau, Turgot (*i.e.*, Anne Robert Jacques Turgot), entre outras figuras marcantes da segunda metade do século XVIII, que haviam reagido às políticas mercantilistas de Colbert (*i.e.*, Jean-Baptiste Colbert). De volta à Escócia, a pensão vitalícia proporcionada pelo Duque de Buccleuch garantiu-lhe a estabilidade financeira e a disponibilidade de tempo necessárias para trabalhar sobre a “*Wealth of Nations*”, publicada em 1776². Em 1778 aceitou um cargo de Comissário da Alfândega, onde se manteve até à data da sua morte.

Na realização da “*Wealth of Nations*”, Smith terá sido influenciado por todo um acervo de trabalhos anteriores³, de onde destacamos os de Bernard de Mandeville (“*Fable of the Bees*”, 1705), David Hume (“*Political Discourses*”, 1752), James Steuart (“*An Inquiry into the Principles of Political Economy*”, 1767), Richard Cantillon (“*Essai sur la Nature du Commerce en Général*”, 1775) e as abordagens fisiocrata e mercantilista. Igualmente importantes terão sido os conhecimentos feitos em França e o contacto com Francis Hutcheson, seu professor em Glasgow e antecessor na cátedra de Filosofia Moral⁴.

Para Smith, o iluminista, o objetivo da Filosofia Moral é a felicidade humana e o bem-estar. A prossecução desse objetivo é regida por uma ordem natural onde o prosseguimento do interesse próprio (*i.e.*, da felicidade individual) implica a busca da riqueza material e, por aí, a geração do progresso económico. Nessa busca o indivíduo é movido por uma necessidade natural de simpatia e aprovação por parte dos outros, de tal forma que o seu comportamento é sempre balizado por essa necessidade e, em última instância, apenas se manifestará em ações

² Curiosamente, data da morte do seu amigo David Hume.

³ Na “*Wealth of Nations*” Smith refere 178 trabalhos, incluindo um seu.

⁴ Notemos que a Filosofia Moral, para Hutcheson, e tal como apresentada por este autor em 1745 (“*A Short Introduction to Moral Philosophy*”) tinha quatro ramos: Teologia Natural, Ética, Jurisprudência e Economia Política.

que também contribuam para o interesse comum e para o bem-estar e progresso material da sociedade (*i.e.*, para a felicidade global). Não obstante, Smith estava consciente de que o interesse próprio podia ser frustrado por certas realidades da vida social, que vão desde a falta de instrução até às aspirações e vícios próprios de certas classes sociais.

A “*Wealth of Nations*”, para além de fazer de Adam Smith o “pai” da Economia, torna-o, por excelência, o primeiro teórico do crescimento e do desenvolvimento económico. Tal como o título indicia, o objetivo daquela obra é responder a duas questões: em primeiro lugar, o que é que constitui a riqueza de uma nação (natureza); em segundo lugar, que fatores dão origem a essa riqueza (causas).

Para Smith, a riqueza de uma nação reside na abundância de bens e não na acumulação de ouro ou exclusivamente na atividade agrícola, como o queriam fazer crer, respetivamente, os mercantilistas e os fisiocratas (Skinner, 2008), se bem que, tal como estes últimos, concordasse com o papel da terra enquanto *um* dos fatores geradores de riqueza. Implicitamente, isso significa que o crescimento económico se traduz pelo aumento da produção de bens. Então, como aumentar essa produção de bens? Colocando a questão de outra forma, quais são as causas do aumento da riqueza das nações?

A primeira causa, diz-nos Smith, é o maior esforço humano, possível através da divisão do trabalho. A divisão do trabalho é, na realidade, mera consequência da tendência natural dos indivíduos para o comércio, o que por sua vez não é mais do que uma forma de expressão do seu interesse próprio. Através dela é possível poupar tempo e aumentar a eficácia do trabalho e a sua produtividade.

Também a acumulação de bens de capital, na medida em que permite aumentar a produtividade do trabalho, é uma causa fundamental da riqueza das nações. Para tal apenas se exige a existência de poupanças abundantes, libertadas pelas classes ricas⁵.

Igualmente importante para o crescimento económico das nações é a liberdade económica, nomeadamente a liberdade de estabelecimento de indústrias e de circulação de mercadorias. Diz-nos Smith que na sua presença o progresso das nações segue um percurso “natural” (Denis, 1993, p. 214): o capital de uma nação começa por se dirigir para a agricultura, passando depois à manufatura e ao comércio internos. Quando a sobreprodução e o excesso de capital se tornam uma realidade a nível interno, passa a ser altura de os dirigir para o mercado externo. Qualquer restrição ao livre comércio, interno ou externo, leva a que o capital seja destinado a usos menos eficientes e suscetíveis, por isso, de gerar menores níveis de bem-estar. Qualquer outro percurso que não o “natural” é lento e incerto (Smith exemplifica com o caso da Europa); o percurso

⁵ É claro que Smith supõe a canalização de toda essa poupança em direção ao investimento.

“natural” é sempre mais rápido e eficiente do que qualquer outro (o autor apresenta-nos depois o caso da América).

No entanto, Smith – fundador da teoria clássica do comércio internacional – não acreditava que a expansão económica pudesse ser infinita. A taxa de lucro, dizia, tende a diminuir ao longo do tempo, de tal forma que, mais cedo ou mais tarde, a produtividade decrescente, as limitações do solo e do clima e, eventualmente, restrições legais e institucionais (Rostow, 1990, p. 35), acabarão por colocar um teto ao progresso das nações. Mais cedo ou mais tarde atingir-se-á um estado estacionário (apesar de Smith nunca ter utilizado este conceito), onde o produto *per capita* deixa de crescer. No entanto, Smith acreditava que uma tal situação estava ainda bastante longe: “*But perhaps no country has ever yet arrived at this degree of opulence*” (Smith, 1776, *cit in* Rostow, 1990, p. 46).

3. A segunda geração: 1766-1823

3.1. Thomas Malthus

Thomas Robert Malthus, um discípulo confesso de Adam Smith (Blaug, 1986, p. 143), nasceu em 1766. Depois de receber educação privada frequentou o Jesus College de Cambridge, de onde saiu em 1788 com uma formatura em matemática. Seu pai era um importante advogado, amigo de pessoas tais como Rosseau e David Hume. Tomou ordens sacras pela Igreja Anglicana em 1797 e foi vigário de uma pequena paróquia durante um curto espaço de tempo, tendo-se casado em 1805. Foi professor de história moderna e de economia política todo o resto da sua vida, no East India Company’s College, vindo a falecer em 1834 (James, 2013).

A refutação da lei de Say⁶ e da tese ricardiana da impossibilidade de excessos produtivos e de desemprego involuntário duradouro tornou-o famoso entre os economistas de todas as gerações. A este respeito, Malthus publicou os “*Principles of Political Economy*” em 1820⁷, a par de outros trabalhos significativos, mas de menor impacto.

No seu tempo destacou-se sobretudo por “*An Essay on the Principle of Population, As It Affects the Future Improvement of Society; With Remarks on the Speculation of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers*” (adiante designado por “*Essay on Population*”⁸). Foi ainda um dos fundadores do Political Economy Club e da Royal Statistical Society, respetivamente em 1821 e 1824 (Rima, 1982, p. 131).

⁶ De acordo com Jean-Baptiste Say, a oferta cria a sua própria procura. Por outras palavras, a produção de bens e serviços gera automaticamente a procura necessária para que esses bens e serviços sejam adquiridos. Consequentemente, a economia consegue ajustar-se sempre e automaticamente no sentido de alcançar o equilíbrio, sem que haja necessidade de intervenção governamental ou de outras medidas de estímulo da atividade económica

⁷ Uma réplica a “*Principles of Political Economy and Taxation*”, publicado em 1817 por David Ricardo, amigo de Malthus.

⁸ Trabalho escrito durante os anos de vicariato e revisto após viagens pela Alemanha, França e países escandinavos.

Malthus, tal como Ricardo, pertence à segunda geração de economistas clássicos. Tal como qualquer autor, também ele é fruto do seu tempo, das suas observações e da sua experiência. O seu trabalho já não se baseia na moral e na filosofia iluministas. Antes, é reflexo da ética utilitarista, um dos aspetos da economia pós-smithiana.

Em primeiro lugar, a economia pós-smithiana é pessimista, na medida em que já não atribui à mão invisível o papel de impulsionadora do bem comum. Antes, é a necessidade de adaptação humana às exigências da natureza que garante esse objetivo. Em segundo lugar, e como já sabemos, ela baseia-se na ética utilitarista, com o objetivo de introduzir um princípio análogo ao da física de Isaac Newton e sobre o qual se pudesse fundar uma ciência da vida moral e social. Essa ciência seria a base para um movimento de reforma conhecido como “radicalismo filosófico”. Na prática, os “filósofos radicais”, encabeçados por Jeremy Bentham e James Mill, dizem-nos que a cada ação individual corresponde um prazer ou um sofrimento, ambos quantificáveis. Somando os prazeres e os sofrimentos subjacentes a cada ação obtemos um saldo que, negativo ou positivo, refletir-se-á sobre a sociedade como um todo. Então, a conduta moral, cuja forma de expressão são as ações, deve ser julgada de acordo com os seus efeitos sobre a felicidade humana. Para garantir a concordância entre as duas vertentes da felicidade humana, individual e social, propõem a instrução generalizada e a legislação. Quando essas medidas institucionais forem levadas a cabo a sociedade atingirá o máximo bem-estar social possível.

Malthus, apesar de se basear no utilitarismo, constitui um caso à parte, pois considera as instituições inglesas suficientemente boas para promover a melhoria do bem-estar comum. O seu utilitarismo revela-se por acreditar na existência de uma escala de utilidade, mas de caráter divino: cada ação tem consequências e só deverá ser levada a cabo se contribuir para o aumento da felicidade humana que, na ótica de Malthus, corresponde às intenções do Criador.

No “*Essay on Population*” Malthus apresenta uma tese já conhecida no seu tempo, mas reveste-a de novas roupagens: o crescimento populacional está, em última análise, limitado pela oferta de alimentos porque ao passo que a população tende a crescer em progressão geométrica, a produção de alimentos apenas cresce em progressão aritmética. Ao passo que os “filósofos radicais”, como Rosseau, William Godwin, Condorcet⁹, entre muitos outros, argumentam que a boa vontade e a educação seriam suficientes para criar uma ordem social perfeita, sem pobreza (Blaug, 1989, p. 142), Malthus dizia que esta não tinha as suas raízes fundadas na imperfeição das instituições sociais e políticas, mas sim na incompatibilidade entre o crescimento populacional e o crescimento da produção. Logo naquela obra, Malthus propõe-se desvendar

⁹ Aliás, Marie-Jean Antoine Nicolas de Caritat, Marquês de Condorcet, conhecido por Nicolas de Condorcet.

as causas do desenvolvimento económico das nações: “*The practical question then for our consideration is, what as the most effective stimulants to the creation and progress of wealth*”.

A primeira determinante da prosperidade nas nações é a taxa de crescimento da população, mas apenas na medida em que o incremento populacional implica a expansão da procura efetiva de bens. De facto, e como já dissemos, Malthus não acreditava na lei de Say. Dizia ele que qualquer aumento da produção deveria ser resultado de um aumento prévio da procura efetiva. Assim, a ligação entre crescimento populacional e crescimento económico é indireta, por via do aumento da procura efetiva (Pullen, 2008; Rostow, 1990: 58).

Como tal, o crescimento populacional é uma condição necessária, mas não suficiente para o crescimento económico, pois há uma tendência natural para a população crescer acima dos meios indispensáveis à sua sobrevivência. Malthus sabe que nos países onde a população cresce a uma taxa elevada o progresso económico é lento (e apresenta os exemplos de Espanha, Portugal, Polónia, Turquia, Hungria e a maior parte da Ásia, de África e da América). Porém, acredita na possibilidade de uma transição demográfica, resultante de uma redução da taxa de natalidade em consequência da melhoria do nível educacional da população e de um maior respeito e liberdade pessoal para as mulheres, entre todo um conjunto de medidas.

Em relação ao papel do capital enquanto fator de crescimento económico, Malthus não podia ser mais perentório: “*It is certain that no permanent and continued increase of wealth can take place without a continued increase of capital*”. Porém, ao contrário de Ricardo, Say e James Mill, entre outros, Malthus acredita que se o investimento em capital não tiver como fundamento um aumento prévio da procura efetiva de bens, verificar-se-á um excesso de produção resultante do facto de esse investimento em capital acabar por se revelar excessivo. Diz-nos ainda que esses excessos de capital (e por isso de produção) foram a grande causa das crises operárias ocorridas desde 1815.

Também a fertilidade do solo e as invenções economizadoras de trabalho desempenham um papel positivo no progresso económico de uma nação. Contudo, na medida em que se trata de fatores que apenas afetam o lado da oferta, o seu efeito positivo sobre o crescimento económico requer sempre, e novamente, um estímulo por parte da procura efetiva (Pullen, 2008; Rostow, 1990, p. 56).

Uma forma de aumentar a procura efetiva e, assim, expandir a capacidade produtiva e o crescimento económico é através do desenvolvimento do comércio interno e externo. Malthus diz que tal criará mercados para o capital investido pelas grandes empresas. Não obstante, era favorável às restrições comerciais ao comércio de trigo sempre que tal se revelasse necessário para manter os níveis de procura efetiva interna ou proteger as classes baixas, mais sensíveis às

flutuações da atividade produtiva.

Um último fator de crescimento económico apontado por Malthus é o aumento do número de trabalhadores improdutivos, isto é, indivíduos que não produzem bens materiais, nomeadamente homens de Estado, juízes, advogados, médicos, cirurgiões e sacerdotes. Mais uma vez, a justificação reside no facto de assim se contribuir para o aumento da procura efetiva, já que se trata de potenciais consumidores de bens produzidos pelas empresas.

É interessante notar, por fim, que para Malthus a terra, o capital e o trabalho são essenciais, mas não são mais do que meios assessorios para o crescimento das economias. O verdadeiro motor do crescimento reside, sempre, nos aumentos da procura efetiva (Pullen, 2008).

3.2. David Ricardo

Quando faleceu em 1823, vítima de uma infeção cerebral, David Ricardo deixou uma esposa, sete filhos e uma propriedade avaliada em cerca de 75 milhões de libras esterlinas (a preços de 1986). Ricardo poderá não ser o maior economista de todos os tempos, mas terá sido, sem dúvida, o mais rico (Blaug, 1989, p. 201; Peach, 2008). Amigo de Thomas Malthus, nasceu em Londres em 1772 e era filho de um banqueiro judeu emigrado da Holanda desde 1760. Estudou dois anos neste país e o restante numa escola pública em Inglaterra, até aos 14 anos de idade. A partir de então começou a trabalhar com o seu pai e, aos 21 anos, deserdado da família por se casar com uma Quaker, dedica-se a trabalhar por conta própria como corretor de valores. O seu sucesso profissional permitiu-lhe comprar uma vasta propriedade e reformar-se aos 42 anos de idade, passando a dedicar-se por completo à reflexão sobre questões económicas e outras. Em 1819 obteve um assento na Câmara dos Comuns, onde se dedicou ao debate de várias controvérsias do seu tempo.

David Ricardo, que se tornou economista ao tentar resolver problemas práticos (Denis, 1993, p. 333), influenciou fortemente o pensamento económico da sua época, ainda que ao longo do tempo a sua reputação tenha conhecido altos e baixos em virtude das diferentes interpretações da sua obra. Não obstante, o trabalho de Piero Sraffa, publicado ao longo dos anos de 1951 a 1955, reabilitou a imagem daquele autor até aos nossos dias (Eatwell e Panico, 2008). No que se refere às convicções filosóficas que influenciaram a sua produção literária, sabe-se que também Ricardo, à semelhança de Malthus, era partidário do utilitarismo.

O seu primeiro trabalho, “*The High Price of Bullion: A Proof of the Depreciation of Bank Notes*”, publicado em 1810 e onde defendia que o aumento dos preços verificado em Inglaterra nessa altura era devido ao descontrole das autoridades no que se refere à emissão de notas de banco, foi desde logo um sucesso. E a publicação posterior de “*Essay on the Influence of a Low Price of Corn on the Profits of Stock*”, em 1815, lançou um dos conceitos fundamentais da

economia política clássica: a lei dos rendimentos decrescentes. Mas a sua principal obra foi “*On the Principles of Political Economy and Taxation*”, publicada em 1817 (e adiante designada por “*Principles*”).

Tal como Ricardo explicita logo no prefácio dos “*Principles*”, o seu principal objetivo, ao contrário do seu predecessor Adam Smith e dos fisiocratas, não é explicar as causas do progresso económico de uma nação, mas sim a distribuição da riqueza:

The produce of the earth (...) is divided among three classes of the community; namely, the proprietor of the land, the owner of the stock of capital necessary for its cultivation, and the labourers by whose industry it is cultivated (...) To determine the laws which regulate this distribution, is the principal problem of Political Economy.

Pelo caminho, o autor apresenta-nos uma teoria do valor, dizendo que este depende do custo em trabalho das mercadorias, e outra da repartição, sendo possível extrair o seu contributo para o estudo do crescimento e do desenvolvimento económico através da interpretação que faz desta última.

A natureza da riqueza Ricardo fá-la corresponder à abundância de coisas “necessárias”, “úteis” ou “agradáveis”. Como condição necessária e suficiente para o crescimento económico o autor apresenta unicamente a existência de uma taxa de lucro suficientemente elevada. (Denis, 1993, pp. 336 e 345). O grande problema é que a taxa de lucro tem tendência a diminuir, porque a proporção dos lucros no rendimento nacional tende a ser cada vez menor (Peach, 2008; Rostow, 1990, p. 79).

Aquela ameaça deve-se ao facto de termos uma população crescente que para ser alimentada exige o cultivo de terras cada vez menos férteis. Novas quantidades de capital e sobretudo de trabalho (fatores produtivos variáveis) combinadas com porções cada vez menores e de qualidade inferior de terra (fator produtivo fixo) levam a acréscimos cada vez mais insignificantes de produto – é a lei dos rendimentos decrescentes a operar. Se tivermos em atenção que no final de cada etapa do processo produtivo temos um produto que será distribuído levando em conta que a terra se vai tornando escassa (o que significa que a sua remuneração – a renda – tende a subir) e que os trabalhadores não podem auferir menos do que um determinado montante¹⁰, então será a parte dos lucros no rendimento nacional que terá de diminuir. O rendimento nacional irá desacelerando até que a economia atinja um estado estacionário, onde o crescimento económico conhecerá uma paragem (Rostow, 1990, p. 89). Então, se a lei dos

¹⁰ O que significa que os salários tendem a manter-se constantes, pelo menos a partir de um determinado nível. Ricardo teceu vários comentários adicionais a este respeito no âmbito da teoria da repartição.

rendimentos decrescentes compromete o crescimento económico, há que encontrar formas de o retardar. Nesse sentido, Ricardo propõe várias medidas. Duas delas são a mecanização e as descobertas científicas, que resultam numa maior produtividade da terra.

Outra possibilidade é a importação de bens alimentares. Importando bens alimentares já não é necessário cultivar cada vez mais terras. A taxa de lucro da produção agrícola permanecerá elevada e o capital poderá deslocar-se em direção à produção manufatureira (Rostow, 1990, p. 81). Com base nesta convicção, Ricardo tornar-se-á um arauto do livre-cambismo até ao fim da sua vida. O papel do comércio externo, para Ricardo, e diferentemente de Smith, apenas é relevante na medida em que permite ao país adquirir produtos a um custo relativo inferior ao obtido a nível interno (o que nos remete para a teoria dos custos comparativos, da sua autoria). Permite-se assim a expansão da manufatura interna (pois o investimento em capital continua a ser feito a nível interno), vendendo-se tanto no exterior como no interior, uma vez que como partidário da lei de Say, Ricardo negava a subordinação do crescimento económico de uma economia capitalista à abertura de novos mercados, isto é, ao princípio da procura efetiva de Malthus.

Ricardo propõe ainda a aplicação de medidas que conduzam à diminuição da taxa de crescimento da população, tais como o casamento tardio ou a educação da população (Rostow, 1990, pp. 80 e 89). Esta última medida, a educação, levaria a uma elevação das aspirações dos trabalhadores, conduzindo a um aumento do seu salário e, indiretamente, à redução do tamanho das famílias.

Finalmente, e sabendo que para Ricardo a poupança deve ser, toda ela, canalizada em direção ao investimento (de modo a garantir a acumulação efetiva e eficiente de capital), este autor defende a diminuição da despesa pública e a aplicação de medidas de tributação adequadas (“*wise policies of taxation*”).

A possibilidade de desemprego tecnológico, elemento comprometedor do crescimento económico, também é uma possibilidade válida para Ricardo, mas as suas perspetivas não deixam de ser otimistas. Do seu ponto de vista, a mecanização será um processo bastante lento. Para além disso, e nas suas próprias palavras (Sraffa e Dobb, 2005),

The richest country in Europe is far distant from that degree of improvement [the stationary state], but if any had arrived at it, by the aid of foreign commerce, even such a country could go on for an indefinite time increasing in wealth and population.

4. A terceira geração: 1806-1883

4.1. John Stuart Mill

O seu pai, James Mill, amigo de Jeremy Bentham, David Ricardo, entre outras figuras ilustres do “Oitocentos”, queria fazer dele um tutor da classe política nas matérias da lógica e das ciências sociais. E conseguiu-o. John Stuart Mill nasceu em 1806 em Londres e faleceu em 1873, e a sua infância e juventude foram totalmente dedicadas ao enriquecimento intelectual, começando pelo grego logo aos três anos de idade, passando depois à história e à literatura, prosseguindo pela matemática, lógica e ciências sociais. Aos 16 anos já era aquilo que o seu pai desejava: “(...) *an enlightened young man whose intellect was that of a man of a forty-year-old*” (De Marchi, 2008).

Stuart Mill era defensor de uma filosofia moral onde o idealismo e a liberdade individual podiam coexistir. Acreditava na possibilidade de se viver sem uma religião, mas não sem fé em objetivos que transcendessem a existência individual, tema que abordou em duas das suas obras, “*Auguste Comte and Positivism*” e “*Three Essays on Religion*”, publicadas respetivamente em 1869 e 1874.

Em “*Subjection of Women*” (1869) condenava a tirania em que viviam as mulheres do seu tempo e em “*Autobiography*” (1873) dá-nos a conhecer vários pormenores da sua vida pessoal, em particular um esgotamento nervoso sofrido aos 20-25 anos de idade. Educado pelo seu pai dentro dos princípios da filosofia utilitarista e amanuense de Jeremy Bentham na preparação de uma das obras deste, “*The Rationale of Judicial Evidence*”, viu-se confrontado com uma terrível possibilidade: a de os princípios da filosofia utilitarista não contribuírem para a sua felicidade. Ultrapassou a crise à medida que se foi apercebendo que também ele era um ser dotado de sentimentos genuínos, convicção que sentiu reforçada através do casamento com Harriet Taylor, que conheceu em 1830 e com quem casou em 1851, após o enviuvamento desta (Ryan, 1987).

Entre as muitas outras obras e matérias a que Mill se dedicou destacamos ainda “*System of Logic*”, de 1843, “*Principles of Political Economy, With Some of Their Applications to Social Philosophy*”, publicada em 1848 (que não foi a sua única obra no campo da ciência económica e que adiante designaremos por “*Principles*”) e “*Considerations on Representative Government*”, de 1861. Na primeira dedica um dos capítulos à lógica das ciências morais, entendendo estas como abrangendo todas as disciplinas que abordam as leis da mente, bem como aquelas que governam a natureza física. Para Mill não existe uma distinção entre ciências “naturais” e ciências “sociais”, mas sim entre ciências “físicas” e ciências “morais”, residindo o cerne desta distinção no facto de as primeiras não abordarem as leis da mente. A economia pertence, nesta ótica, ao campo das ciências morais (Ryan, 1987). A obra seguinte constituiu o

manual de referência da ciência económica no mundo anglo-saxónico durante a maior parte da segunda metade do século XIX, até 1890, data da publicação dos “*Principles of Economics*” por Alfred Marshall. Em relação ao último dos trabalhos aqui referidos, destacamos apenas o facto de se tratar de uma obra onde Mill tece uma série de considerações em relação às virtudes da governação participativa.

Trabalhou na Companhia das Índias Orientais dos 16 aos 52 anos de idade¹¹. Durante a maior parte do tempo foi responsável pelo Departamento Político e terminou como Examinador da Correspondência da Índia, cargo superior antes ocupado pelo seu pai. Desempenhou ainda um cargo político, de 1865 a 1868, após o qual se retirou para se dedicar por completo à produção literária.

No campo da ciência económica, onde a sua obra de maior vulto são os “*Principles*”, Mill baseou-se, fundamentalmente, em David Ricardo¹². A partir da obra deste último, Mill desenvolve toda uma série de contributos importantes para a disciplina, de onde é possível apontar a doutrina do trabalho produtivo, a lei da procura recíproca, a teoria da taxa de juro baseada na abstinência, uma abordagem económica ao socialismo, entre muitos outros, mas cuja análise fica fora do âmbito deste trabalho. Do nosso restrito ponto de vista atentaremos apenas no que é diretamente relevante para a compreensão do fenómeno do crescimento económico¹³.

No prefácio dos “*Principles*” Mill começa logo por nos brindar com uma frase que, do ponto de vista de Rostow (1990, p. 94), devia ser repetida onde quer que a ciência económica fosse ensinada e aplicada. Porque o seu alcance é verdadeiramente amplo e deverá ter, pelo menos de alguma forma, norteado o trabalho de Mill no âmbito da Economia (incluindo o que nos interessa “do nosso restrito ponto de vista”), aqui a reproduzimos:

Except on matters of mere detail, there are perhaps no practical questions, even among those which approach nearest to the character of purely economical questions, which admit of being decided on economical premises alone.

Para este autor a interdisciplinaridade parece ser, pois, de primordial importância.

Os requisitos indispensáveis à produção são, de acordo com Mill, o trabalho, o capital e a terra. Já o aumento da produção, isto é, o crescimento económico, depende da acumulação das

¹¹ Isto é, até 1858, data em que o governo britânico chamou a si a responsabilidade pela administração daquela colónia, responsabilidade essa que antes pertencia à referida companhia que que aquele apenas supervisionava.

¹² “I doubt if there will be a single opinion in the book [Principles] which may not be exhibited as a corollary from his [Ricardo’s] doctrines”, John Stuart Mill em Ryan (1987).

¹³ De salientar que certos autores, como Schumpeter, discordavam que Mill se pudesse afirmar como discípulo de Ricardo, embora o ponto de partida daquele tenha sido, efetivamente, a obra deste último.

quantidades disponíveis desses fatores ou do aumento da sua produtividade. Mas, à semelhança de Ricardo, também Mill está consciente do papel da terra enquanto fator limitativo do progresso económico. Chega mesmo a dar um papel de destaque à lei dos rendimentos decrescentes, considerando-a a mais importante proposição da economia política. E mais uma vez à semelhança de Ricardo, afiança que se for possível suster o ritmo a que aquela lei se impõe, o crescimento económico poder-se-á prolongar por muito tempo.

As inovações e invenções, que contribuem para o aumento da produtividade da terra e do capital, são uma das formas de atingir esse objetivo. Mill é um homem dos dias da segunda Revolução Industrial, baseada na exploração dos caminhos-de-ferro, pelo que será capaz, melhor do que os seus antecessores, de entender o impacto da evolução científica e tecnológica no progresso económico das nações. Sinal evidente disso é a referenciação constante que faz aos trabalhos de Charles Babbage (*“On the Economy of Machines and Manufactures”*, publicado em 1841) e John Rae (*“Statement of Some New Principles on the Subject of Political Economy”*, de 1834) no que se refere a questões de investimento, evolução tecnológica e acumulação de capital. Salaria que a expansão da indústria está limitada pelo capital e que este último é o resultado da poupança (Blaug, 1989, p. 249). Em relação às inovações, distingue-as em inovações poupadoras de trabalho, poupadoras de capital e poupadoras de terra, embora utilize outra terminologia.

Como fatores que contribuem para o aumento da produtividade do trabalho, Mill aponta nos *“Principles”* aqueles que conduzem ao aumento da produtividade dos outros fatores produtivos, com os quais o trabalho tem de se combinar, mas vai um pouco mais longe, explorando aspetos diversos, alguns deles fora da esfera económica, e questionando as determinantes da vontade e da capacidade dos povos para trabalhar, o grau de segurança da propriedade, as potencialidades e os limites da divisão do trabalho, entre outros.

Outra forma de travar o ritmo ascendente dos rendimentos decrescentes é fazê-lo indiretamente, através de uma mais sólida instrução das classes ricas e indolentes (*“rich and idle classes”*). A formação dos ricos iria promover a sua energia mental e os seus sentimentos de consciência social e de filantropia, qualificando-os para o desempenho de um papel ativo na construção da sociedade.

Mil dá às restrições ao crescimento populacional uma importância maior do que o seu antecessor, David Ricardo. Em resposta à questão de como restringir esse crescimento populacional (não só causador do fenómeno dos rendimentos decrescentes, mas também do estado de pobreza dos trabalhadores, caracterizado por salários baixos, pobreza, ignorância e degradação humana, sobretudo das mulheres), Mill responde com o seguinte: políticas públicas

que encorajem a constituição de famílias mais pequenas e esforços no sentido da promoção da educação da população¹⁴.

A importação de bens alimentares e a emigração são dois outros fatores que permitem adiar a chegada dos rendimentos decrescentes.

Particularmente interessante é o papel que Mill atribui aos governos representativos. Na sua obra de 1861, “*Considerations on Representative Government*”, diz-nos que em política a questão crucial diz respeito ao progresso da nação e que para atingir esse objetivo não há melhor forma de governo do que o representativo. Esta forma de governação é a que mais exige do cidadão, mas também a que mais o encoraja ao desenvolvimento da sua inteligência e da sua energia, na medida em que permite e requer a sua participação ativa.

Para Smith, tal como para Ricardo, o estado estacionário era algo inevitável. Para Mill também. Mas se para aqueles autores essa situação era altamente indesejável o mesmo já não acontece com Mill. Este autor acreditava que as sociedades passavam por fases e que, pelo menos no seu tempo (meados do século XIX), era possível encontrar sociedades em qualquer uma dessas fases. A última, ainda por vir, seria a da sociedade desenvolvida em situação estacionária. Uma vez aí, essa sociedade já não se preocuparia com a acumulação de riqueza, mas antes com a sua adequada distribuição e com o enriquecimento cultural, social e moral da população. Numa passagem dos “*Principles*”, Mill reflete todo o espírito da sua convicção nas virtudes de um estado estacionário:

There is room in the world, no doubt, and even in old countries, for a great increase of population, supposing the arts of life to go on improving, and capital to increase. But even if innocuous, I confess I see very little reason for desiring it (...) If the earth must lose that great portion of its pleasantness, which it owes to things that the unlimited increase of wealth and population would extirpate from if for the mere purpose of enabling it to support a larger but not a better or happier population, I sincerely hope, for the sake of posterity, that they will be content to be stationary long before necessity compels them to it. It is scarcely necessary to remark that a stationary condition of capital and population implies no stationary state of human improvement.

4.2. Karl Marx

Filho de um advogado judeu israelita convertido ao protestantismo para poder exercer a sua

¹⁴ De passagem, diga-se que ainda que este autor era um defensor explícito do controlo natalício, tendo passado uma noite na prisão, aos 16 anos de idade, por distribuir panfletos aos pobres da cidade de Londres (Ryan, 1987).

profissão, Karl Marx nasceu em 1818 na Prússia (antiga Alemanha Oriental) e faleceu em Londres em 1883. Apesar de contemporâneo de Mill nunca travou conhecimento com este. Marx conhecia a obra de Mill mas não há evidência de que este último conhecesse o trabalho do primeiro. Toda a vida de Karl Marx é repleta de aventuras e atribulações. Frequentou as universidades de Bona, Berlim e Jena. Primeiro para estudar direito, mas acabou por se doutorar em filosofia, aos 23 anos de idade. Por ser defensor de ideias liberais, Marx nunca se pôde tornar professor¹⁵.

A sua primeira atividade é a de colaborador de um jornal alemão em Bona, a “*Gazeta Renana*”, que fechou no ano seguinte na sequência de um pedido do czar da Rússia ao rei da Prússia. Casa-se com uma jovem aristocrata, Jenny von Westphalen e vai para Paris, onde funda uma revista, os “*Anais Franco-Alemães*”, que só terá um número, pois será de imediato proibida. Passa a colaborar com um jornal alemão de Paris, o “*Vorwärts*”, onde publica um único artigo, sobre Hegel, artigo esse que será mais tarde aprofundado e transformado em livro. Depois dessa experiência dedica-se ao estudo da economia política e da história, ao mesmo tempo que frequenta reuniões de operários comunistas e realiza outros trabalhos literários que só serão publicados mais de 80 anos depois (McLellan, 2006). Nesse período, mais precisamente no outono de 1844, trava conhecimento com Friedrich Engels, que será seu amigo e colaborador inseparável até ao final da vida.

Em 1845 é expulso da França. Refugia-se em Bruxelas e, em conjunto com Engels, trabalha na elaboração da “*Ideologia Alemã*”, onde formula pela primeira vez aquilo a que mais tarde se chamará “materialismo histórico”. Na altura esta obra não chegou a ser publicada por falta de editor (Denis, 1993, p. 436). Marx volta a escrever e a refletir sobre as questões que o interessam bem como a influenciar os círculos comunistas que frequenta.

Mais uma vez, em 1848, é expulso do país que o acolheu, a Bélgica¹⁶. Regressa a França, onde é convidado para a liderança de uma revolução sobre a Alemanha. Recusa, mas o grupo revolucionário segue à mesma e é esmagado pelas tropas prussianas. De seguida funda um novo jornal, a “*Nova Gazeta Renana*”, que em breve se tornará o mais importante meio de difusão jornalística da altura. Volta a ser convidado para instaurar um movimento de revolta, mas mais uma vez recusa, porque não crê que o poder armado do grupo seja suficiente. Comparece diversas vezes em tribunal e cancela a publicação do jornal por dificuldades financeiras, indo para Paris em maio de 1848. Mas em agosto do mesmo ano é novamente expulso, dirigindo-se para Inglaterra, onde permanecerá até ao fim da sua vida.

¹⁵ De entre as suas peripécias durante esta fase destacam-se dois dias na prisão por “embriaguez e desordem noturna” e um duelo com um jovem reacionário (Denis, 1993, p. 425).

¹⁶ Denis (1993, p. 446-7).

Entretanto, retoma os estudos económicos e adere a uma sociedade secreta, a Sociedade Universal dos Comunistas Revolucionários, pronta para a revolução. Mas a inexistência de uma crise convence Marx de que ainda não é possível empreender uma ação revolucionária de sucesso. Com a ajuda de amigos, volta a fundar uma nova publicação, a “*Nova Gazeta Renana, Revista de Economia Política, Redigida por Karl Marx*”. Mais tarde tornar-se-á colaborador em diversos jornais socialistas, mas o pagamento é diminuto, pelo que juntamente com a mulher e quatro filhos terá uma existência difícil e penosa. Durante 20 anos valer-lhe-á a ajuda financeira de Engels, que abdica do seu próprio trabalho literário por considerar o do amigo mais importante (McLellan, 2006). Esse auxílio e a herança da mãe em 1864 devolvem-lhe a estabilidade financeira necessária para o prosseguimento dos seus estudos tendo em vista a preparação da sua obra principal, “*O Capital*” (“*Das Kapital*”), onde desenvolve aquilo a que mais tarde se designará por “economia marxista”.

Toda a economia marxista está direcionada para o cumprimento de um único objetivo: demonstrar a necessidade e inevitabilidade de instauração de um regime comunista. O contributo de Marx para as teorias do crescimento e do desenvolvimento económico decorre do cumprimento desse objetivo (Mandel, 2008).

Aquilo que Marx nos apresenta não é uma definição de riqueza ou de progresso, nem são as causas ou os fatores que contribuem para o seu aumento. Baseando-se em Ricardo (mas também noutros economistas clássicos, como Adam Smith), partindo da filosofia hegeliana e captando aspetos essenciais de autores como Ludwig Feuerbach, Moses Hess e Wilhelm Weitling, Marx constrói uma teoria da evolução da sociedade até ao estado atual (meados do século XIX) ou, se preferirmos, uma teoria das etapas do crescimento e do desenvolvimento económico das nações, dando um destaque especial às características da última dessas etapas. Contudo, contesta a ideia dos clássicos de que todos tirariam vantagem do comércio externo enquanto forma de aumento geral da produção e do consumo. Mas não fica por aí: indica ainda em que termos se concretizará a evolução futura da sociedade e augura a possibilidade de se vir a materializar o seu ideal de “sociedade perfeita” (Denis, 1993, p. 427-43).

A obra de Marx é bastante extensa e complexa. “*O Capital*” tem quatro volumes, tendo a redação do primeiro, publicado em 1867, custado 20 anos da vida do autor. Os outros três foram redigidos e publicados a título póstumo a partir dos seus apontamentos: o segundo e o terceiro títulos respetivamente em 1885 e 1894 por Friedrich Engels; o quarto em 1895, após o desaparecimento de Engels, por Karl Kautsky, um líder marxista alemão. Compreender o contributo de Marx para o tema em que estamos interessados exige compreender o essencial do seu pensamento filosófico. É o que faremos de seguida, partindo de uma breve incursão pelo

pensamento hegeliano (Mandel, 2008; Wolf e Leopold, 2021).

Para Georges Hegel uma “sociedade perfeita” é aquela na qual os homens são livres. Para os homens serem livres requerem-se duas condições interligadas: que os homens respeitem as instituições sociais (leis, regras, costumes, etc.) de livre vontade e que saibam qual é o seu papel na sociedade. Mas a verdade é que a sociedade não é perfeita porque o homem vive, de facto, alienado e tem de se esforçar para tomar consciência daquelas condições. Ou seja, só se ele tivesse consciência instantânea de que obedece às instituições sociais *porque sabe* qual é o seu papel na sociedade – e, da mesma forma, *por saber* qual é o seu papel na sociedade obedece às instituições sociais – é que seria livre. Será que é possível “aperfeiçoar” a sociedade? Hegel crê que não, mas diz-nos que o progresso das instituições, não suprimindo aquele esforço, permite torná-lo possível para um leque cada vez mais alargado de indivíduos. Também as artes, a religião e a filosofia, porque são “modos de realização do espírito”, permitem ajudar cada uma a encontrar o seu papel na sociedade. E as revoluções sociais, na medida em que não excluem o progresso são necessárias, mas não são suficientes para estabelecer uma sociedade perfeita, porque após cada revolução há a tendência para algum grupo social impor uma nova estrutura social. Hegel diz ainda que a propriedade (isto é, a posse) é uma instituição salutar, pois permite ao indivíduo exteriorizar e exercer a sua liberdade. Os conflitos de propriedade são possíveis, mas para os resolvermos temos uma outra instituição, o Estado.

Do seu estudo sobre os economistas políticos clássicos, Marx sabe que o valor das coisas depende do trabalho necessário à produção dessas mesmas coisas (Wolf e Leopold, 2021). Daí deduz que a essência da propriedade está no trabalho e aquilo de que uma pessoa se apropria ao possuir uma coisa é trabalho. Contudo, os trabalhadores – detentores da força de trabalho – não são quem detém o produto desse trabalho. Apenas recebem o necessário à sua sobrevivência. Quer isto dizer, ao contrário do sugerido por Hegel, que a propriedade privada gera a alienação do indivíduo, pelo que para criar uma sociedade perfeita há que abolir essa instituição. E não é o Estado que resolve esse problema, pois este não trata de fazer mais do que proteger os privilégios dos proprietários. Nesse sentido, Marx aproxima-se do pensamento de Hess e de Feuerbach, que dizem que o homem deve libertar-se de todos os fatores que o alienam, incluindo o Estado e a religião.

Marx rejeita ainda Hegel no que se refere à ineficácia das revoluções. Tal como Weitling, que numa das suas obras convida os operários a destruir a classe burguesa, Marx acreditava que a única forma de transformar a sociedade era, precisamente, através da revolução, ou seja, do recurso à força por parte do proletariado. Esta é a essência do pensamento de Marx até ao período de 1845-1846. No período que vai de 1846 a 1848, após a sua expulsão de França e

durante o refúgio na Bélgica (Sperber, 2014), Marx vai reformular alguns dos aspetos da sua posição.

Até então, Marx dava pouca importância aos ensinamentos da história. Mas a partir daí, passa a dar menos crédito à alienação humana decorrente da instituição privada e mais às origens da própria instituição – é o chamado “materialismo histórico” (Mandel, 2008). É este que explica e justifica a existência das revoluções sociais que Marx crê serem necessárias para a evolução da sociedade. Em “*Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*” (“*A Contribution to the Critique of Political Economy*”), escrito em 1857-58, mas publicado apenas muito mais tarde¹⁷, Marx escreve o seguinte (Denis, 1993, p. 438-9):

Na produção social da sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau de desenvolvimento dado das suas forças produtivas materiais (...) Num certo estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade [que na última fase da evolução social correspondem aos trabalhadores e aos capitalistas] entram em contradição com as relações de produção existentes (...) De formas evolutivas que eram, estas relações tornam-se entraves dessas forças. Então abre-se uma era de revolução social.

A última revolução social culminaria no estabelecimento de uma sociedade comunista. Um aspeto dessa sociedade pós-revolucionária é a abolição da propriedade privada dos meios de produção (e não a abolição de toda e qualquer forma de propriedade privada). Marx continua fiel ao possível advento de uma sociedade perfeita, mas considera que esta apenas se poderá concretizar numa etapa posterior, com o estabelecimento de uma forma de autoridade diferente do Estado tradicional que seja adversa à subjugação de uma classe por outra.

Caraterísticas essenciais da construção teórica de Marx são a rejeição da lei dos rendimentos decrescentes e da teoria malthusiana da população. Marx acreditava que a produção era suscetível de gerar rendimentos crescentes à medida que fossem aplicadas novas tecnologias e que se verificasse o aumento da composição de capital tanto na indústria como na agricultura (Rostow, 1990, p. 127). Assim, a acumulação de capital é, também para Marx, fundamental para a criação de riqueza. O único problema é que na sociedade pré-capitalista dita acumulação de capital resulta da avidez dos seus detentores pelo lucro e por uma “ação” e “vivacidade satânicas” e insensíveis à baixa da taxa de lucro.

Naquela fase pré-socialista a acumulação de capital é, pois, um processo gerador de riqueza,

¹⁷ Blaug (1986, p. 155).

mas autodestrutivo, na medida em que acentua as contradições do sistema capitalista, sobretudo a pauperização da classe operária. Isto porque o progresso técnico implica o investimento em métodos de produção poupadores de trabalho advindo daí duas consequências (Denis, 1993, 455-6; Mandel, 2008): por um lado, um aumento do rácio capital-trabalho; por outro lado, a diminuição da procura de trabalho que resulta na diminuição do salário real e no despedimento de trabalhadores. Estes dois fatores levarão à constituição de um “exército de reserva” disponível para a expansão do próprio processo capitalista quando tal se revelar oportuno (o que significa que o salário real e o desemprego revelam um comportamento cíclico em relação à procura de trabalho¹⁸).

Do segundo volume de “*O Capital*” emerge um modelo de crescimento económico a dois setores que, apesar de incompleto, parece ser uma antecipação, se não uma inspiração, para os modelos posteriores de Harrod, Domar e outros (Rostow, 1990, p. 138).

5. Discussão e conclusões

Apesar de existir alguma diversidade nos percursos dos autores abordados todos eles conseguiram reunir, de uma forma ou de outra, as condições necessárias para se dedicarem ao estudo e à elaboração dos seus trabalhos. A maior parte desempenhou funções académicas ou similares (Hume, Smith, Malthus e Mill). Ricardo foi um corretor que conseguiu reunir uma fortuna apreciável e retirar-se cedo dos negócios. Marx contou primeiro com o apoio financeiro de Engels e depois com a herança da mãe. Para além disso, existem outras semelhanças que merecem destaque. Assim, todos eles frequentaram alguns dos grandes círculos intelectuais do seu tempo, privando com muitas das autoridades de então e em todos eles se constata, através do material que publicaram, a influência de alguma ou algumas correntes de pensamento, quer como ponto de partida, quer como pano de fundo: Mercantilismo, Fisiocracia e Iluminismo no caso da primeira geração; utilitarismo nos casos de Malthus, Ricardo e Mill; filosofia hegeliana no caso de Marx.

Ao passo que para Hume, Smith, Malthus e Mill a economia política dizia respeito à *criação e acumulação de riqueza*, bem como à evolução política e social da humanidade, é Ricardo quem marca a diferença, orientando os seus “*Principles of Political Economy and Taxation*” para a questão da *repartição da riqueza*. O caso de Marx também deve ser salvaguardado, visto que preferiu dedicar os seus esforços ao entendimento da evolução da sociedade no seu sentido

¹⁸ Rostow (1990, p. 140). De notar que a pauperização da classe operária não se refere exclusiva ou necessariamente à perda de poder de compra dos trabalhadores mas também ao desemprego tendencialmente crescente, às longas jornadas de trabalho, às tarefas repetitivas e “destruidoras da alma”, às más condições de vida, à utilização de mão-de-obra infantil, entre outros aspetos degradantes e, pelo menos do ponto de vista de Marx, caraterísticos das condições de trabalho do mundo capitalista do seu tempo (Rostow, 1990, p. 131).

mais amplo, ainda que essa evolução, na sua perspectiva, se relacione quer com a criação, quer com a distribuição da riqueza. Mas em todos os casos, de Hume a Marx, o progresso económico não deixa de ser o elemento central.

Em relação à noção de riqueza, e notando que estamos numa época bastante anterior à da contabilização sistemática da produção nacional, já havia consciência de que o indicador de riqueza de uma nação corresponde à respetiva disponibilidade de bens. Não há nenhuma alusão direta ao papel dos serviços, mas Smith e sobretudo Malthus reconhecem a importância dos setores não produtivos pelo menos enquanto dinamizadores da procura efetiva. E a abundância de coisas “necessárias”, “úteis” ou “agradáveis”, enunciada por Ricardo, dá lugar a uma ampla possibilidade de interpretações.

Hume fala da existência de um limite para o crescimento económico das nações, mas não se alonga demasiado sobre esta questão. Do seu ponto de vista o enriquecimento progressivo da população será sempre capaz de absorver a produção realizada. Já os quatro autores seguintes (Smith, Malthus, Ricardo e Mill) afirmam explicitamente acreditar na inevitabilidade do estado estacionário, ainda que três deles revelem otimismo, embora por razões diferentes. Smith e Ricardo porque consideram que uma tal situação só ocorrerá num futuro muito distante; Mill porque considera que uma vez atingido o estado estacionário a sociedade poderá orientar a sua atenção para a redistribuição da riqueza e para o “enriquecimento cultural, social e moral da população”. Mais curioso é o caso de Marx, que nem sequer acredita na chegada do estado estacionário, já que do seu ponto de vista a evolução tecnológica é um fenómeno que tende a gerar retornos crescentes.

A posição de Marx parece ser o culminar da influência progressiva da Revolução Industrial no pensamento das várias gerações de autores. Hume, na primeira geração, aborda a possibilidade de importação de inovações tecnológicas enquanto elemento estimulador do “espírito de indústria” de uma nação. Na geração seguinte temos Malthus a propor as “inovações economizadoras de trabalho” enquanto estimuladoras do crescimento económico. Ricardo atribui à “mecanização” e às “descobertas científicas” idêntico papel, para além de as considerar como um dos meios de sustentar os rendimentos decrescentes.

Depois, na terceira geração, aparece Mill a partilhar da opinião de Ricardo, mas a ir um pouco mais longe, referenciando constantemente os trabalhos de autores como Charles Babbage ou John Rae. Parece, pois, que à medida que vamos avançando no tempo as sucessivas gerações de autores vão reconhecendo e, diríamos mesmo, deixando-se impressionar pelos frutos da evolução da Revolução Industrial. Marx, o último dos autores estudados é aquele que reconhece o progresso técnico como um processo duradouro e capaz de gerar rendimentos crescentes.

Considerações paralelas são as tecidas a respeito do crescimento populacional, com Hume, Smith e Marx despreocupados, mas com Malthus, Ricardo e Mill a revelarem alguma ansiedade. Esta evolução parece estar ligada à revolução demográfica resultante da própria Revolução Industrial. É de notar ainda as reminiscências fisiocráticas presentes nestes três autores, que atribuem, respetivamente, à fertilidade do solo, à importação de bens alimentares e à terra um certo destaque enquanto fatores de crescimento económico.

O essencial do contributo dos autores clássicos aparece resumido no Quadro 1. No Quadro 2 apresentamos as determinantes do crescimento económico, no contexto da literatura contemporânea, subdivididas em determinantes imediatas (do inglês “*proximate*”) e determinantes fundamentais ou profundas (do inglês “*deep*”), distinção esta que se tornou de uso corrente.

Quadro 1

Variáveis explicativas do progresso económico de acordo com os autores clássicos

David Hume	<ul style="list-style-type: none"> • Causas do trabalho (desejos de consumir, de ação, de vivacidade e de obtenção de ganhos monetários). • Livre comércio internacional (procura externa, importação de matérias-primas para a manufatura, importação de inovações tecnológicas). • Espírito de indústria. • Procura interna dos ricos. • Aumento gradual e continuado da oferta de moeda (abaixo de pleno emprego). • Limitações do solo e do clima. • Restrições legais e institucionais. • Descentralização política.
Adam Smith	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão do trabalho. • Acumulação de capital. • Liberdade económica. • Comercialização para o exterior. • Limitações do solo e do clima.
Thomas Malthus	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da procura efetiva. • Acumulação de capita. • Fertilidade do solo.

	<ul style="list-style-type: none"> • Invenções economizadoras de trabalho. • Redução da taxa de natalidade. • Liberdades pessoais e de género. • Desenvolvimento do comércio interno e externo. • Aumento do número de trabalhadores improdutivos.
David Ricardo	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de lucro elevada. • Mecanização e descobertas científicas. • Importação de bens alimentares. • Livre comércio internacional. • Diminuição da taxa de crescimento da população. • Diminuição da despesa pública. • Medidas de tributação adequadas.
John Stuart Mill	<ul style="list-style-type: none"> • Acumulação e aumento da produtividade dos fatores produtivos. • Vontade e capacidade dos povos para trabalhar. • Inovações e invenções. • Grau de segurança da propriedade. • Igualdade de género. • Emigração. • Instrução dos ricos. • Restrições ao crescimento populacional. • Governação representativa. • Importação de bens alimentares.
Karl Marx	<ul style="list-style-type: none"> • Acumulação de bens de capital. • Propriedade coletiva dos meios de produção.

Fonte: elaboração própria.

A respeito dessa distinção, os estudos de Easterly e Pritchett (1993) e Sachs e Warner (1997) constituem duas referências pioneiras. A elas seguiram-se discussões acerca da importância relativa dessas determinantes, sobretudo as fundamentais, através dos estudos de Rodrik e Trebbi (2002), Easterly e Levine (2003), Mitchener e McLean (2003), Bloch e Tang (2004), entre muitos outros depois destes. Talvez tenha sido o importante trabalho de Acemoglu (2009) a consolidar esta terminologia, que distingue entre determinantes imediatas e

determinantes imediatas. Muito recentemente, Campante *et al.* (2021), num valiosíssimo trabalho de divulgação científica, confirmam a natureza (pelo menos, cada vez mais) consensual dessa classificação. É esta categorização que permite organizar a vastíssima literatura empírica subordinada ao estudo de cada uma das potenciais variáveis explicativas do desempenho económico das nações. Temple (1999), Durlauf e Quah (1999) e Bosworth *et al.* (2003) são três sínteses fundamentais relativamente ao estado das artes no final do século XX, a par de outros trabalhos mais recentes, onde se destacam, entre outros, Capolupo (2009), Mirestean e Tsangarides (2016) e Johnson e Papageorgiou (2020), relativos ao conhecimento produzido no decorrer das últimas duas décadas.

Quadro 2

Determinantes imediatas e determinantes fundamentais do crescimento económico

Determinantes imediatas	Acumulação de fatores	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento em capital físico • Investimento em capital humano • Crescimento populacional • Dimensão do governo
	Progresso tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação e desenvolvimento
Determinantes fundamentais	Instituições	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento financeiro • Política macroeconómica • Desigualdade e fatores sociais e políticos (direitos civis, económicos e direitos políticos; democracia vs. autoritarismo; instabilidade política)
	Geografia	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos naturais • Localização geográfica
	Integração económica	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio externo

Fonte: elaboração própria com base na literatura referenciada.

Contrapondo os quadros 1 e 2 constatamos que a maioria das variáveis passíveis de ser classificadas como determinantes imediatas ou determinantes fundamentais do crescimento económico já tinham sido abordadas, de alguma forma, pelos autores clássicos. O “investimento em capital físico” tem o seu paralelo na “acumulação de capital” de Smith, Malthus, Mill e

Marx, ao passo que o “investimento em capital humano” se aproxima das preocupações com a educação enunciadas por Ricardo e Mill. O “crescimento populacional” já era apontado por Malthus, Ricardo e Mill, com as devidas diferenças em termos de perfil e de importância. Observações em relação ao papel do comércio, interno ou externo, surgem em todos os autores clássicos. Ricardo já destacava a importância da “política macroeconômica”, ao referir a necessidade da diminuição da despesa pública e a aplicação de “medidas de tributação adequadas”. O mesmo se passa, em parte, com Hume, que atribuía importância à política monetária. A “dimensão do governo” (avaliada através das respectivas despesas de consumo e de investimento), se bem que não encontre alusões explícitas, apresenta referências implícitas: não nos esqueçamos que a segunda Revolução Industrial se baseou no desenvolvimento dos caminhos-de-ferro, uma importante infraestrutura de capital público a que Mill se referia quando falava em “inovações e invenções”. Em relação ao papel das despesas públicas de consumo, enquanto componentes adicionais da “dimensão do governo”, temos a alusão de Malthus à procura efetiva dos trabalhadores “improdutivos”, entre os quais se contavam os homens de Estado e os soldados. A “desigualdade” e os “fatores sociais e políticos”, estão presentes nas considerações tecidas por Hume¹⁹, na importância da “liberdade econômica” apontada por Smith, na “governança representativa” discutida por Mill e na forma de propriedade dos meios de produção tão fundamental em Marx. Portanto, os autores clássicos já estavam conscientes da importância de vários dos fatores agora designados coletivamente por “instituições”. A importância das variáveis correlacionadas com a “geografia” encontramos nas reflexões de Smith e Malthus, que se referiram explicitamente às “limitações do clima” e à “fertilidade dos solos”.

As únicas variáveis que poderão ficar de fora são a “investigação e desenvolvimento” e o “desenvolvimento financeiro”. Mas também nestes casos é possível encontrar algumas ligações indiretas: exceto Smith, todos os autores salientam a importância das inovações tecnológicas, mas porque as consideravam processos descontínuos e de ocorrência esporádica não foram capazes de supor que o investimento em projetos de investigação pudesse gerar essas inovações. Quanto ao “desenvolvimento financeiro”, temos Adam Smith a apresentar na sua *“Wealth of Nations”* um capítulo intitulado “Do capital emprestado a juros”, onde são feitas considerações a respeito do funcionamento do mecanismo de mercado na definição do valor da taxa de juro. Idênticas considerações são as discutidas por Ricardo nos *“Principles”*, onde dedica o capítulo XXVII (“Sobre a moeda e os bancos”) à discussão da emissão de moeda e ao funcionamento

¹⁹ “(...) à medida que a sociedade comercial cresce, crescem a liberdade e a harmonia política, o sentido de humanidade, a compreensão da arte de governar e o respeito pela liberdade individual” (cf. supra).

do juro no mercado financeiro, abordando os benefícios que daí podem resultar para o comércio e replicando muitas conclusões de Smith nesta matéria. Sem daí se retirar conclusões definitivas, é possível dizer, pelo menos, que já havia a consciência de que a questão do funcionamento dos mercados financeiros não é alheia à problemática do desenvolvimento económico das nações.

Paralelamente a estas considerações, é de salientar que a literatura subordinada à importância do empreendedorismo enquanto fator de transformação económica (Acs *et al.*, 2009; Audretsch *et al.*, 2007; Wenneners e Thurik, 1999) e social parece iniciar-se, na verdade, com Hume. É ele que nos alerta para o “desejo de ação”, o “desejo de vivacidade” e o “espírito de indústria” de uma nação, conferindo-lhes um papel primordial no processo de crescimento económico. O mesmo se poderia dizer acerca das raízes da literatura contemporânea subordinada à mudança estrutural (Laitner, 2000; Syrquin, 1988). Aqui, é Smith quem afirma que “o progresso das nações segue sempre um percurso natural”, que é “sempre mais rápido do que qualquer outro”. O capital começa por se dirigir à agricultura, passando depois ao comércio e à manufatura internos, para depois culminar no comércio externo.

Mas o aspeto mais interessante desta análise reside na importância atribuída pelos autores analisados à igualdade de género e aos fluxos migratórios, apesar das diferenças em termos de carga enfática. Isto é particularmente notável, sobretudo se tivermos em conta que ao longo de quase todo o século XX estes foram fatores – agora reconhecidos como determinantes do crescimento e do desenvolvimento económico – fortemente negligenciados e relegados para posições subalternas nas agendas políticas e de investigação de praticamente todos os centros de decisão. São sobretudo Malthus e Mill que reconhecem a natureza perversa da desigualdade de género e o carácter primordial da liberdade das mulheres enquanto motores do progresso social e económico das nações. Stuart Mill teve, ainda, o rasgo de perceber que a intensidade de fluxos migratórios, que correspondem a movimentações não só de força de trabalho, mas também de conhecimento, são fatores a ter em conta. Assim, a notável visão de longo alcance dos autores clássicos leva a crer que, tal como ontem, podemos hoje continuar a procurar nas suas palavras a inspiração necessária para construir o mundo de amanhã.

Referências

- ACEMOGLU, D. (2009). *Introduction to Modern Economic Growth*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey, USA.
- ACS, Z., BRAUNERHJELM, P., AUDRETSCH, D. e Carlsson, B. (2009) “The knowledge

spillover theory of entrepreneurship”, *Small Business Economics*, 32(1), pp. 15-30. doi:10.1007/s11187-008-9157-3

AUDRETSCH, D., KEILBACH, M. e LEHMANN, E. (2007). *Entrepreneurship and Economic Growth*, Oxford University Press, Oxford, United Kingdom. doi:10.1093/acprof:oso/9780195183511.001.0001

BLAUG, M. (1986). *Great Economists Before Keynes*, Wheatsheaf Books, Brighton.

BLAUG, M. (1989). *História do Pensamento Económico*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

BLOCH, H. e TANG, S. (2004). “Deep determinants of economic growth: Institutions, geography and openness to trade”, *Progress in Development Studies*, 4(3), pp. 245-255. doi:10.1191/1464993404ps088pr

BOSWORTH, B., COLLINS, S., DURLAUF, S. e FRANKEL, J. (2003). “The empirics of growth: An update”, *Brookings Papers on Economic Activity*, (2), pp. 113-206.

CAMPANTE, F., STURZENEGGER, F. e Velasco, A. (2021). “Proximate and fundamental causes of growth”, in *Advanced Macroeconomics: An Easy Guide*, Ch. 7, pp. 87–112, LSE Press, London. doi: 10.31389/lsepress.ame.g

CAPOLUPO, R. (2009). “The new growth theories and their empirics after twenty years”, *Economics: The Open-Access, Open-Assessment E-Journal*, 3 (2009-1), pp: 1–72. doi: 10.5018/economics-ejournal.ja.2009-1

DE MARCHI, N. (2008). “Mill, John Stuart (1806–1873)” in Durlauf, S. e Blume, L. (eds.) *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Palgrave Macmillan, London. doi: 10.1057/978-1-349-95121-5_1240-2

DENIS, H. (1993). *História do Pensamento Económico*, 7ª edição, Livros Horizonte, Lisboa.

DURLAUF, S. e QUAH, D. (1999). “The new empirics of economic growth”, in J. Taylor, J. e Woodford, M. (eds.) *Handbook of Macroeconomics, Volume I, Part A*, Elsevier. doi: 10.1016/S1574-0048(99)01007-1

EASTERLY, W. e LEVINE, R. (2003). “Tropics, germs, and crops: how endowments influence economic development”, *Journal of Monetary Economics*, 50(1): pp. 3–39. doi:10.1016/S0304-3932(02)00200-3.

EASTERLY, W. e PRITCHETT, L. (1993). “The determinants of economic success: Luck and policy”, *Finance & Development*, 30(4), pp. 38-41.

EATWELL, J. e PANICO, C. (2008). “Sraffa, Piero (1898–1983)”, in Durlauf, S. e Blume, L. (eds.) *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Palgrave Macmillan, London. doi:

10.1057/978-1-349-95121-5_1349-2

HARRIS, J. (2016). “Hume’s Life and Works”, in Russell, P. (ed.) *The Oxford Handbook of Hume*, pp. 1-18, Oxford University Press, Oxford.

HUME, D. (1758). *Essays, Moral, Political, and Literary, Part I, Essay XIX*, retirado de:

https://www.econlib.org/library/LFBooks/Hume/hmMPL.html?chapter_num=1#book-reader.

JAMES, P. (2013). “Population Malthus: His Life and Times”, Routledge, Taylor and Francis Group, Abingdon, United Kingdom. doi:10.4324/9781315019833

JOHNSON, P. e PAPAGEORGIOU, C. (2020). “What remains of cross-Country convergence?” *Journal of Economic Literature*, 58 (1): pp. 129-75. doi: 10.1257/jel.20181207

LAITNER, J. (2000). “Structural change and economic growth”, *Review of Economic Studies*, 67(3), pp. 545-561. doi:10.1111/1467-937X.00143

MANDEL, E. (2008). “Marx, Karl Heinrich (1818–1883)”, in Durlauf, S. e Blume, L. (eds.) *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Palgrave Macmillan, London. doi: 10.1057/978-1-349-95121-5_1019-2

MAYER, T. (1980). “David Hume and Monetarism”, *Quarterly Journal of Economics*, 95 (1), pp. 89-101. doi: 10.2307/1885350

MCLELLAN, D. (2006). *Karl Marx: A Biography*, 4th edition, Palgrave Macmillan, London

MERRILL, T. (2016). “The Education of Honest Gentlemen: The Essays, Part 2”, in Merrill, T. (ed.) *Hume and the Politics of Enlightenment*, pp. 162-191, Cambridge University Press, Oxford. doi: 10.1017/CBO9781316258217.007

MIRESTEAN, A., e TSANGARIDES, C. (2016). “Growth determinants revisited using limited-information bayesian model averaging”, *Journal of Applied Econometrics*, 31(1), pp. 106-132. doi:10.1002/jae.2472

MITCHENER, K. e MCLEAN, I. (2003). “The productivity of US states since 1880”, *Journal of Economic Growth*, 8(1), pp. 73-114. doi:10.1023/A:1022812917582

PEACH, T. (2008). “Ricardo, David (1772–1823)”, in Durlauf, S. e Blume, L. (eds.) *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Palgrave Macmillan, London. doi: 10.1057/978-1-349-95121-5_1763-2

PULLEN, J. (2008). “Malthus, Thomas Robert (1766–1834)”, in Durlauf, S. e Blume, L. (eds.) *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Palgrave Macmillan, London. doi: 10.1057/978-1-349-95121-5_1147-2

QUESNAY, F. (1985 [1759]). *Quadro Económico*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RICARDO, D. (1983 [1817]). *Princípios de Economia Política e de Tributação*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RIMA, I. (1982). *História do Pensamento Económico*, Editora Atlas, São Paulo.

RODRIK, D., SUBRAMANIAN, A. e TREBBI, F. (2002). “Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development”, NBER Working Paper No. w9305, October.

ROSTOW, W. (1990). *Theorists of Economic Growth from David Hume to the Present*, Oxford University Press, New York.

ROTWEIN, E. (2008). “David Hume”, in Durlauf, S. e Blume, L. (eds.) *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Palgrave Macmillan, London. doi: 10.1057/978-1-349-95121-5_751-2

RUTHERFORD, D. (1998). *Dicionário de Economia*, Difel, Algés.

RYAN, A. (1987). *The Philosophy of John Stuart Mill*, 2nd edition, London, The Macmillan Press, 1987 and New York, Humanities Press, 1989.

SACHS, J. e WARNER, A. (1997). “Fundamental sources of long-run growth”, *American Economic Review*, 87(2), pp: 184–188.

SAKAMOTO, T. (2016). “Hume’s Philosophical Economics”, in Russell, P. (ed.) *The Oxford Handbook of Hume*, pp. 569-587, Oxford University Press, Oxford.

SKINNER, A. (2008). “Smith, Adam (1723–1790)”, in Durlauf, S. e Blume, L. (eds.) *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Palgrave Macmillan, London. doi: 10.1057/978-1-349-95121-5_1785-2

SKINNER, A. (2012). “Adam Smith: Theory and Policy”, in Backhaus, J. (ed.) *Handbook of the History of Economic Thought: Insights on the Founders of Modern Economics*, pp. 161-171, Springer, New York. doi: 10.1007/978-1-4419-8336-7_6

SMITH, A. (1776). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Book I, Chapter IX, retirado de: https://www.econlib.org/library/Smith/smWN.html?chapter_num=12#book-reader.

SMITH, A. (1993 [1776]). *Inquérito Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, 3^a edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

SPERBER, J. (2014). *Karl Marx: A Nineteenth-Century Life*, Liveright, New York.

SPOLAORE, E. e WACZIARG, R. (2013). “How deep are the roots of economic development?”, *Journal of Economic Literature*, 51(2), pp. 325-369.

doi:10.1257/jel.51.2.325

SRAFFA, P. e DOBB, M. (2005). *The Works and Correspondence of David Ricardo*, Liberty Fund, Indianapolis, EUA.

SYRQUIN, M. (1988). “Chapter 7: Patterns of structural change”, in Chenery, H. Srinivasan, T. (eds.) *Handbook of Development Economics*, Volume 1, pp. 203 – 273. doi: 1988 10.1016/S1573-4471(88)01010-1

TEMPLE, J. (1999). “The new growth evidence”, *Journal of Economic Literature*, 37 (1), pp. 112-156. doi: 10.1257/jel.37.1.112

WENNEKERS, S. e THURIK, R. (1999). “Linking entrepreneurship and economic growth”, *Small Business Economics*, 13(1), pp. 27-56. doi:10.1023/A:1008063200484

WOLFF, J. e LEOPOLD, D. (2021). “Karl Marx”, in Zalta, E. (ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Metaphysics Research Lab, Stanford University, retirado de: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2021/entries/marx/>.